

DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS DO BRASIL

Mirian Beatriz Schneider Braw*

Resumo

A solução para o problema do separatismo, defendido por certas lideranças políticas de diferentes regiões do Brasil, se encontra em investimentos, em projetos de desenvolvimento regional, com vistas a conter a migração interna.

Abstract

The solution to the separatism problem, defended by determined politician leaderships from different regions of Brazil, is found in investments, in local development projects aiming to hold back the internal migration.

Introdução

A independência política da América Latina deixou como legado uma série de países, de porte médio para pequeno, que têm como traço comum o subdesenvolvimento, o jndioma assemelhado e a imensa dificuldade de estreitar laços econômicos. O Brasil, embora possua muitas dessas características comuns, teve como peculiaridade manter-se

territorialmente unido e, ao longo de sua história, caminhar para uma integração econômica na medida em que construía uma economia nacional. Essa integração, como não poderia deixar de ser, é um processo complexo que vai criando e recriando espaços, destruindo e reconstruindo estruturas pré-existentes. Em outras palavras, é um constante desenhar e redesenhar regiões econômicas, que chegou a confundir aqueles que pretenderam ver nesses movimentos uma homogeneização do espaço econômico brasileiro.

O objetivo deste artigo é mostrar os mecanismos pelos quais esse processo se efetuou, além de apontar, como sua decorrência, as “questões regionais” hoje colocadas à economia brasileira. Além disso, aponta também quais as perspectivas para esses diferentes subespaços da economia brasileira.

1. O dinamismo de São Paulo

A economia brasileira tem como seu centro dinâmico a cidade de São Paulo, característica essa adquirida na fase áurea do café. A industrialização brasileira teve seu “início”, por assim dizer, com o fim da escravidão e a passagem para o trabalho assalariado. Nesse momento, São Paulo era onde se concentravam todas as condições necessárias ao

* Especialista em Administração. Docente da UNIPAR

processo inicial de industrialização. A presença de um mercado consumidor foi a garantia de sucesso desse processo. Após consolidado como centro dinâmico, tal estrutura vem se mantendo até os dias de hoje e sem perspectivas de grandes mudanças.

No momento em que as condições externas permitiram o início do processo de substituição de importações, propiciando as condições para o desenvolvimento industrial do país, já se encontravam definidas as bases territoriais mínimas para a ocupação do território.

As indústrias que se implantaram no país com a finalidade de suprir os bens de consumo, até então importados, localizaram-se, como não poderia deixar de ser, junto à demanda pré-existente para tais produtos. Tal demanda achava-se então concentrada na Região Sudeste, onde se concentrava também a maior parte da produção cafeeira (ABLAS, 1988. p. 125).

Nas demais etapas do desenvolvimento, o processo tem sido mais ou menos o mesmo, e o inter-relacionamento das estruturas produtivas continua tendendo a um fortalecimento do centro propulsor do desenvolvimento nacional.

Segundo DINIZ & LEMOS (1990), são três os aspectos teóricos que conseguem explicar o movimento da atividade produtiva no espaço. O primeiro é a intervenção do estado na economia que, no caso do Brasil, tornou-se sustentáculo do processo de industrialização, condição para unificação do espaço econômico. A partir da reforma tributária de 66, foi viabilizado de forma mais concreta o poder centralizador do governo, dando maior capacidade operacional ao mesmo, de forma a fortalecer ainda mais a atuação do governo na economia.

O segundo se refere ao papel dos recursos naturais, historicamente a principal causa para a abertura de fronteiras econômicas no capitalismo.

E o terceiro são os fatores especificamente espaciais, pois que, a base de recursos naturais tende a se diversificar em termos de atividade urbano-industriais.

Começa a surgir um efeito cumulativo gerado

pela própria aglomeração de atividades econômicas no espaço. E ainda, segundo os autores... *esse movimento aglomerativo gera um processo de acumulação regional que tende a produzir inevitavelmente deseconomias de aglomeração ... a desconcentração das atividades econômicas no espaço deixa de ser uma utopia ou um desejo subjetivo dos analistas da questão regional para tornar uma possibilidade teórica.* (DINIZ & LEMOS, 1990, p. 24).

Em seu texto, *O grande capital vai à periferia*, GUIMARÃES NETO (1993) afirma que, em décadas recentes, muitas unidades produtoras de bens e serviços de grande porte apareceram e se consolidaram nas regiões e sub-regiões menos industrializadas do país, demonstrando que estaria havendo uma espécie de reversão na concentração das atividades produtivas, tendência (de concentração) essa que sempre acompanhou a economia brasileira.

ROSA (1994) afirma que essa desconcentração da indústria nacional, entre 70-85 em direção à Região Norte e entre 70-80 em direção à Região Sul... *foi acompanhada da intensificação do uso de capital, recursos humanos e de unidades produtivas de maior tamanho, possibilitando-se, assim a convergência regional da produtividade e dos salários, e uma evolução do desempenho industrial mais favorável às regiões menos industrializadas.* (ROSA, 1994, p. 85).

2. O desenvolvimento regional como fator de integração

Quanto às perspectivas econômicas regionais, o que está ocorrendo é uma tendência no sentido de fortalecer a integração nacional, com especialização das regiões.

Segundo SANTOS (1994), haverá uma tendência cada vez maior para a diferenciação e para a complexificação, ou seja, as cidades e regiões serão cada vez mais diferentes umas das outras. Também estará ocorrendo um processo de desconcentração

geográfica da produção, embora seja um processo, de certa forma muito sutil, e que não afeta a dominação econômica de São Paulo sobre o restante da economia.

O que deve ocorrer, segundo DINIZ & LEMOS (1990), é que o processo de reorganização brasileira deve-se fazer dentro de uma região ampla, tendo São Paulo como centro, e avançando em várias direções.

A mesma opinião é compartilhada por ABLAS, (1988), que afirma: *Em termos estáticos a forma espacial assumida pela sociedade brasileira pode ser resumida na existência de um centro dinâmico constituído pela área metro-politana de São Paulo, em torno do qual podem ser reconhecidos diversos tipos de periferia.* (p. 48).

A primeira é uma ampliação do núcleo São Paulo e se estende pelas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, incluindo-se também a área agrícola de alta produtividade, constituída pelo interior de São Paulo, Norte do Estado do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul de Minas Gerais e parcelas de Goiás e Mato Grosso do Sul.

A segunda periferia se constitui nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Sudeste do Pará, Rondônia e Acre, que estão, segundo o autor, ligados ao centro através de infra-estrutura de comunicações e complementaridade de atividades econômicas. E por último, a Região Nordeste, com elevada densidade populacional, baixa produtividade na agricultura e relações de competitividade com o núcleo dinâmico, perdendo posição relativa ao longo do tempo.

Segundo SANTOS (1994), um fato importante que se tem verificado no Brasil é a tendência à urbanização cada vez mais acentuada. Há hoje uma clara dicotomia entre o Brasil urbano e o Brasil agrícola. No Brasil urbano está presente o meio técnico-científico, área onde tende a ser mais intensa, e por isso mesmo, o processo de urbanização tende a ser mais vigoroso.

As cidades regionais estão crescendo mais que as metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília).

As cidades intermediárias apresentam, cada vez mais, dimensões bem maiores. Essas cidades médias são, cada vez mais, uma casa do trabalho intelectual, o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamarão cada vez mais por trabalho qualificado, enquanto as maiores cidades, as metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e do espaço, poderão continuar a acolher populações pobres e desamparadas (p. 20).

A migração entre as regiões brasileiras, na década de 80, começou a modificar-se em sua dinâmica. O fluxo migratório para os grandes centros, anteriormente grandes atratores de imigrantes, começou a reduzir-se significativamente.

Os principais fatores que determinavam a mobilidade até o início da década de 80 eram, segundo MARTINE (1994): as melhorias progressivas nos sistemas de transporte e comunicações, o modelo agrícola adotado e o esforço explícito para ocupar a Amazônia.

A mecanização agrícola, que leva a concentração da propriedade, expulsou os pequenos proprietários, forçados a engrossar as fileiras dos que buscavam emprego, nos grandes centros.

Mesmo a migração que se deu em direção às últimas fronteiras agrícolas foi extremamente "urbana" e, segundo MARTINE (1994), isto se deve principalmente ao tamanho da urbanização, que não pode ser absorvida pelos projetos de colonização.

Quanto ao que se espera para cada região nos próximos anos, DINIZ & LEMOS (1990), fazem uma análise detalhada de cada região. A Região Sul devido a sua proximidade com o Sudeste, está bastante favorecida no momento em que houve a retomada do crescimento, especialmente no eixo São Paulo - Curitiba - Litoral de Santa Catarina, Caxias do Sul - Área metropolitana de Porto Alegre.

Para favorecer esse processo é necessário melhorar as condições de transporte e ligação com o centro dinâmico da economia. A agricultura da região apresenta sinais de esgotamento e enfrentará a

concorrência com os produtos vindos de outros países, principalmente os oriundos do Mercosul, diminuindo o crescimento do setor agroindustrial, processo acelerado pelo deslocamento da fronteira agrícola para outras regiões do país.

Em São Paulo, está havendo um esforço para a expansão da indústria moderna e uma intensificação da produção de alta escala econômica na agricultura. Também está ocorrendo um processo de interiorização do desenvolvimento de São Paulo, *baseado na qualidade dos recursos naturais, na rede urbana, no sistema viário construído pelo governo estadual e, mais recentemente, em uma explícita política de interiorização que permite fugir das desvantagens das deseconomias de aglomeração da área metropolitana e dos Limites de Expansão da Baixada Santista e do Vale do Paraíba* (DINIZ & LEMOS, 1990).

Já em Minas Gerais, as regiões Leste e Central têm perdido seu dinamismo, dependendo para sua melhoria de uma maior integração com a indústria paulista. Já as regiões Sul e o Triângulo Mineiro têm sofrido os efeitos da desconcentração que se processa em São Paulo. Quanto à agricultura, as melhores perspectivas são as relativas ao cerrado e aos projetos de irrigação no vale do rio São Francisco.

Segundo os autores, a Região Nordeste está se desintegrando enquanto região. O Oeste da Região está se integrando à fronteira agropecuária do Centro-Oeste. A Bahia está apresentando um crescimento na sua participação na produção industrial. Nos demais estados, ela continua sendo basicamente inexpressiva, podendo possivelmente esses estados virem a se beneficiar de projetos relativos à indústria baiana, mas as mudanças têm de ser bastante drásticas para modificar o quadro social da região.

O Rio de Janeiro continua sem perspectivas de retomada do crescimento, enquanto o Espírito Santo apresenta pequenas possibilidades de aumentar sua participação na produção industrial.

A Região Norte, devido à falta de uma infraestrutura adequada à ocupação, continua avançando de forma lenta, tanto na área industrial como na

agropecuária.

E por último a Região Centro Oeste, que se caracteriza como a grande fronteira extensiva da agropecuária brasileira, atividade que será capaz segundo os autores, de induzir atividades industriais articuladas a montante e a jusante, mas de forma rarefeita, devido à característica de ocupação e produção extensiva que caracteriza aquela região.

Conclusão

O que se pode concluir, depois desta análise, é que o desenvolvimento econômico brasileiro ainda é muito irregular. Existe, na economia, um centro dinâmico, São Paulo, com relações de produção dignas de um país de primeiro mundo, que se investe em tecnologia de ponta e em competitividade; e existem regiões que vivem em extrema pobreza, onde as relações de produção se assemelham às do início do século.

Existem sinais de que o desenvolvimento começa a se disseminar pela economia. As empresas buscam fugir das deseconomias de aglomeração, e é essa “fuga” que beneficia as demais regiões. No entanto, esse é um processo muito lento, com fluxos e refluxos, e que, ficando sob o comando exclusivo das leis de mercado, tornar-se-á mais lento ainda. É preciso que se planejem em conjunto com o governo medidas para “distribuir” o desenvolvimento econômico, evitando o que, segundo alguns autores, está acontecendo na atualidade com o MERCOSUL, que tem apresentado uma tendência de reconcentração dos investimentos (nacionais e mesmo estrangeiros) nas áreas mais desenvolvidas do país, ou seja Sul e Sudeste.

Quanto à questão de saber se é melhor o federalismo ou o separatismo, baseado principalmente em dados do trabalho de Rolim, 1995, verifica-se que todas as regiões encontram vantagens na continuidade do federalismo.

O Norte e o Nordeste recebem recursos produtivos através do governo federal, e deve procurar

imobilizar esses recursos na região, evitando que eles voltem para o centro dinâmico da economia na forma de recursos privados.

A Região Centro-Oeste também recebe um alto valor de recursos produtivos, que são financiados pela entrada de capitais e por recursos vindos do governo federal. É uma situação favorável em relação à capacidade de polarização, que tem o centro dinâmico da economia.

A Região Sul também apresenta saída de recursos produtivos que corresponde a mais de 18% de seu PIB, mas mantém uma maior participação dos investimentos governamentais em relação a Região Centro-Oeste.

A Região Sudeste é a que apresenta um quadro mais negativo, por assim dizer, dentre as regiões brasileiras. Exporta recursos produtivos através da saída de capitais, e uma menor entrada de recursos federais. O Rio de Janeiro é, da região, o estado que mais se beneficia do federalismo, recebendo recursos produtivos (maciça entrada de capitais privados) que compensam a saída de recursos federais.

São Paulo também se constitui em um exportador líquido de capitais e recursos federais, embora destes 60% acabem retornando na forma de recursos privados. Em suma, São Paulo é o estado que mais perde com o fim da federação, através da diminuição do volume de comércio com o resto do Brasil e com um ajuste do PIB regional para um nível mais baixo, o nível de saída de capitais provavelmente se mantém o mesmo e a entrada de recursos federais é zero.

Ao invés de buscar o separatismo, as baterias políticas dos inconformados com a atual situação econômica do país, deveriam se voltar para a necessidade do planejamento do desenvolvimento regional, o que fica claro, quando se percebe que populações brasileiras ainda são obrigadas a se deslocar de suas regiões de origem em busca de melhores condições de vida.

A tarefa hoje é eliminar a existência dos “dois brasis”, um rico, desenvolvido, competitivo, educado e saudável; outro pobre, atrasado, analfabeto e subnutrido.

Bibliografia

1. ABLAS, L. A. Q. **Desiquilíbrios regionais no desenvolvimento brasileiro.** In: ROCCA, C.A. et al. (org.) *Brasil 1980: os desafios da crise econômica.* São Paulo: IPE/USP, 1988, p. 119-147.
2. DINIZ, C. C. & LEMOS, M. B. **Dinâmica regional e suas perspectivas para o Brasil.** In: *Para a década de 90: perspectivas e prioridade de políticas públicas.* v 3. Brasília: IPEA/PLAN, 1990.
3. GUIMARÃES NETO, L. **O grande capital vai à periferia: regiões, conglomerados, grandes empresas e o estado.** In: *Encontro Nacional de Economia, 21, Belo Horizonte. Anais...*, Brasília, 1993.
4. ROSA, A. L. T. **Fatores estruturais e desempenho industrial: um estudo comparativo entre as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.** In: *Encontro Nacional de Economia, 22, Florianópolis. Anais...*, Brasília, 1994.
5. SANTOS, M. **Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX.** In: CARLOS, A.F.A. (org.) *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.* São Paulo: EDUSP, 1994.